

DO MÁGICO AO SOCIAL: TRAJETÓRIA DA SAÚDE PÚBLICA¹

FROM MAGIC TO THE SOCIAL: THE TRAJECTORY OF PUBLIC HEALTH

Karen Fontes Luchesi

Fonoaudióloga. Mestre e Doutoranda em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

Satoshi Kitamura

Médico do Trabalho. Doutor em Ciências Médicas pela Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social (Área de Saúde do Trabalhador), Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

Correspondência

Caixa Postal 6046, UNICAMP, Campinas/SP – Brasil, CEP: 13083-970

e-mail: satoshi@fcm.unicamp.br

e-mail: karenluchesi@yahoo.com.br

Em consonância com o conhecimento científico, a saúde pública vem construindo sua história desde que o homem vive sobre a Terra.

Scliar (2005) divide a história da ciência da saúde de acordo com o olhar que esta recebeu em cada época. Primeiro, esteve sobre ela um olhar mágico. Os povos primitivos, sem a tecnologia e a ciência para estabelecer as relações de causa e efeito, explicavam a doença por concepções mágicas. Acreditava-se que a doença era causada por espíritos maus enviados por inimigos. Credo que havia um feitiço, o homem se deixava definhar. Este olhar era adotado, principalmente, pelos índios. Para os Sarruma (índios que viviam na fronteira Brasil/Venezuela) a morte natural ou acidental não existia: ela era sempre o resultado de algo maligno.

Para restabelecer a saúde, com este olhar místico, apenas feiticeiros ou xamãs poderiam fazer algo pelos doentes. Utilizavam-se de chás, mesinhas, rezas, feitiços, benzeduras e rituais.

Apesar de todo o desconhecimento do funcionamento do corpo humano e do mecanismo das doenças, os curandeiros muitas vezes obtinham resultados positivos, seja pelos efeitos psicológicos, pela cessação natural da doença, ou pelo poder das substâncias terapêuticas contidas nas plantas.

Ainda havia a crença, transmitida principalmente pelo povo hebreu, de que as doenças eram castigos de Deus para os pecados dos Homens. Muitas vezes, os são julgavam e discriminavam cegos, paráliticos, leprosos, etc., por acreditar que se tratava de pessoas de má índole.

Séculos depois, a saúde tem sobre ela um olhar empírico. Filósofos gregos, principalmente Hipócrates, começaram a questionar o olhar mágico sobre a doença. Os escritos hipocráticos trazem uma visão racional da medicina bastante diferente da mágico-religiosa que vigorava na época. Há valorizavam da observação empírica, discussão da incidência de determinadas do-

¹ SCLiar, M. Do mágico ao social: trajetória da saúde pública. 2.ed. Ed. São Paulo: Senac, 2005.

enças por faixa etária, referência à interferência de fatores ambientais e à multicausalidade na gênese das doenças; revelaram uma visão epidemiológica na Antiguidade. Segundo Hipócrates, a atribuição divina à causa da doença demonstrava a ignorância humana. No entanto, mesmo tendo sido bons observadores, os médicos hipocráticos encontraram dificuldades para especular as causas das doenças, principalmente devido ao escasso conhecimento do corpo humano e de sua fisiologia.

Ao longo da história sempre urgiu a necessidade de se fazer ciência. Os fatos e acontecimentos de cada época expunham a fragilidade dos conhecimentos e das crenças vigentes e impulsionavam estudiosos para o avanço da ciência. A Antiguidade Romana sofria com a malária; a Idade Média, com o regime feudal, aumentava as pestilências na Europa; as viagens marítimas traziam novas doenças; era necessário desvendar os mecanismos de transmissão e cura das doenças.

No entanto, o olhar empírico ainda não conseguia solucionar o problema. Com a criação de universidades e corporações médicas no final da Idade Média, procedimentos como a sangria, e teorias como a do miasma começaram a ser questionadas e novas soluções passaram a ser estudadas.

Fracastoro em “*De contagione*” começou a estabelecer uma lógica nas infecções e acreditava que cada doença tinha um agente específico. Segundo ele, seriam partículas imperceptíveis e germes de contágio. Concebia três tipos de transmissão de doença: a direta, a indireta e à distância, o que denotou grande avanço para a ciência da saúde, que antes atribuía a doença, aos maus ares.

A Modernidade dissociou, de maneira mais contundente, o universo místico do real, a alma do corpo. A história passou a substituir o mito, a ciência e a teologia e o individualismo tornou-se a base para a cultura, a economia e a política, dei-

xando longe a idéia de saúde pública, pois “a saúde só pode surgir quando a sociedade atingiu um grau de organização suficiente para ser caracterizada como ‘corpo’” (SCLiar, 2005, p.100).

Surge em 1779 na Alemanha, a idéia do intervencionismo estatal na saúde pública. Este país acreditava que a ordem universal (ordem e controle total das pessoas) seria a única forma de desenvolver-se.

Sob um olhar autoritário, com o intervencionismo estatal, a saúde se tornara uma questão política. No entanto, com o avanço da ciência, o autoritarismo sobre a saúde e a população ficou ultrapassado.

Com o avanço de pesquisas científicas e com a divulgação do conhecimento em diversas áreas, tornara-se difícil não aplicar os novos e importantes conhecimentos também à saúde, que passou a receber um olhar científico. Passou-se a observar os sinais clínicos das doenças, por meio da contagem do pulso e da medição da temperatura corporal, por exemplo. Contudo, essa tendência a quantificação também trouxe problemas, como a criação dos testes para a medição do intelecto, que levou a questões raciais sérias, discriminatórias e criminosas.

Com o avanço do raciocínio e do método científico se estabeleceram, entre outras, a epidemiologia e a saúde ocupacional. Já com o avanço da tecnologia científica, o microscópio e a microbiologia, possibilitaram a criação de vacinas e antibióticos. Começou-se descobrir os organismos causadores e o mecanismo de transmissão de muitas doenças.

Mas assim como as demais áreas da ciência, o processo saúde-doença, recebeu com o fim da Revolução Industrial, um novo olhar. As cidades haviam crescido rapidamente e sem planejamento, a poluição e as epidemias haviam se multiplicado. Passou-se a atribuir um olhar social para a ciência da saúde, agora tratada como uma questão social, relacionada à pobreza e às más condições de trabalho.

No Brasil, o olhar político-social de Getúlio Vargas sobre o processo saúde/doença, levou à implantação do seguro social e de medidas na área trabalhista. Começara-se a pensar no coletivo, mas ainda um coletivo seletivo. Apenas os trabalhadores com carteira assinada tinham assistência à saúde, assegurada pelo Estado. Os demais cidadãos, trabalhadores “sem carteira assinada” ou desempregados, dependiam da caridade oferecida pelas Santas Casas de Misericórdia. Só em 1988, com a Constituição Federal, a saúde viria ser assegurada a todos os cidadãos por meio da criação do Sistema Único de Saúde.

A saúde pública no Brasil, teve Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Adolfo Lutz e Vital Brasil, entre outros, como vitais neste cenário de avanço científico. É interessante destacar que, a revolução científica na maioria dos países, iniciou no campo das ciências exatas, enquanto que, de acordo com Sciliar, no Brasil esta renovação científica teve seu marco inicial no campo da saúde pública.

Atualmente, a ciência da saúde visa, principalmente, à promoção da saúde e a prevenção de doenças por meio da educação em saúde, imunização e *screenings*. O campo de pesquisa da saúde está longe de ser saturado, doenças como a AIDS e o câncer podem ser prevenidas, mas suas curas ainda são desconhecidas. Além disso, a saúde encontra o desafio trazido pelos problemas de saúde consequentes, não só de microorganismos, mas do modo de vida contemporâneo; e desafios trazidos por profissionais que lutam pela humanização da saúde.

